

DOI: <http://dx.doi.org/10.55602/rlic.v12i2.324>**A HISTÓRIA PELA VIA LITERÁRIA EM *O CONTINENTE I*, DE ERICO VERISSIMO****HISTORY THROUGH LITERARY PERSPECTIVE IN *O CONTINENTE I*,
BY ERICO VERISSIMO**Ernani Mügge¹
Leandro Moreto da Rosa²
Juracy Assmann Saraiva³

Resumo: O artigo analisa *O Continente I*, primeiro tomo da obra *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, a partir do pressuposto de que a literatura pode contribuir com a história por apresentar a realidade sob um ângulo singular, mesclando dados factuais e ficção. Nessa perspectiva, coloca em foco a trajetória das personagens Ana Terra e Rodrigo Cambará, as quais revelam nuances do contexto da época, possibilitando ao leitor revisitar o passado e compreendê-lo a partir da malha ficcional. Assim, o texto pode ser compreendido como fonte privilegiada de acesso ao pretérito, promovendo uma leitura atualizada e reveladora do passado do território gaúcho, além de suscitar experiências catárticas.

Palavras-chave: Literatura. História. *O continente I*.

Abstract: The article analyzes "*O Continente I*", the first volume of Erico Verissimo's work "Tempo e o vento," positing that literature can contribute to History by presenting reality from a unique perspective, blending factual data and fiction. It focuses on the trajectory of the characters Ana Terra and Rodrigo Cambará, who reveal nuances of the historical context, enabling readers to revisit and understand the past through the fictional lens. Thus, the text can be seen as a privileged source for accessing the past, promoting an updated and revealing reading of the history of the Rio Grande do Sul region, as well as eliciting cathartic experiences.

Keywords: Literature. History. *O continente I*.

¹ Doutor em Letras (UFRGS), com pós-doutorado (PNPD-CAPES) em Cultura e Literatura (Universidade Feevale). Pesquisador e professor do curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale) e do curso de Letras da Faculdade Instituto Ivoti. E-mail: ernani.mugge@institutoivoti.com.br

² Graduado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Graduando em Letras - Português pela Universidade Feevale. E-mail: leandro.moreto@gmail.com

³ Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora em produtividade do CNPq. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, da Universidade Feevale. E-mail: juracy@feevale.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta de um diálogo entre história e literatura é sempre um desafio instigante e revelador, em decorrência, sobretudo, das distintas finalidades de suas narrativas, responsáveis por estabelecer um distanciamento relativo entre ambas. A suposta cisão entre o campo literário e o historiográfico parte da crença de que a diferença do *modus operandi* entre áreas distintas do conhecimento impede a sua aproximação, sob pena, em caso contrário, de distorcer os seus objetivos iniciais. Sob essa premissa, considera-se que à história cabe a tarefa de percorrer o passado por vias empíricas, através de documentos e relatos que, uma vez reunidos, possam ser a fonte de um conhecimento objetivo, que transcenda a especulação imaginativa e subjetiva do campo artístico. A contenda, portanto, situa-se no plano epistêmico: a historiografia intenciona a verdade ou, pelo menos, a aproximação da natureza dos fatos, livre da presença de seu articulador, enquanto a literatura é resultado de um amálgama entre o objetivo e o subjetivo, porque articula experiências estéticas que transcendem os limites do real.

Entretanto, esse aparente conflito pode ser desfeito tão logo se perceba a fragilidade dos objetivos estipulados. A busca pela verdade tem movimentado séculos de debates inconclusos e conflitantes, senão improdutivos, pois são arquitetados sobre o mito de um conhecimento puro, diante do qual o pesquisador é figura passiva, neutra, porque não interfere no objeto de estudo. Quando Karl Popper (1972) questiona os limites do conhecimento empírico em *A lógica da pesquisa científica*, a ciência, conhecendo sua trajetória, vai alterando aos poucos o paradigma norteador, de modo que o progresso científico passa a ser associado antes à aproximação do que à busca pela verdade, tão custosa no passado. Isso

significa que, mesmo o pesquisador que procura ausentar-se dos resultados obtidos pode, em última instância, revelar-se neles, uma vez que, não sendo possível conduzir os estudos de uma posição externa, subentende-se que “há mais em relação ao ver que o que toca o globo ocular” (Hanson, 1968, p. 8 *apud* French, 2009, p. 66).

A impossibilidade de estabelecer uma neutralidade genuína na condução de uma pesquisa científica não implica, porém, arbitrariedade. O historiador utiliza diferentes fontes, como documentos e relatos de época, como material para dar embasamento e sustentação à sua (re)construção do passado. Nesse sentido, em razão da limitação do aparato real, o historiador não fica necessariamente preso à pesquisa através do tempo, pois, como explica Adam Schaff (1978), ele une aos resquícios encontrados parte de sua contingência do presente, de modo a construir fatos históricos. Como é situada no espaço e no tempo, toda pesquisa é realizada sob um determinado ângulo. Assim, por mais objetiva que possa ser, a história oferece sempre uma representação do real, que é mediada pela linguagem, dada a impossibilidade de acessar o fato em si. A epistemologia da história, portanto, é permeada pelo intenso diálogo entre o passado e o presente, entre objetividade e subjetividade.

A partir dessa revisão conceitual, a literatura pode, então, somar-se ao estudo histórico na medida em que as narrativas organizam a realidade, recriando-a por meio da mescla entre o conhecimento do mundo e a capacidade imaginativa do autor. É bem verdade que o campo literário não tem por interesse a representação *ipsis litteris* do passado, tampouco se compromete em estabelecer um vínculo próximo com o real, pois a instituição da ficcionalidade é a essência de sua natureza e razão suficiente para garantir sua autonomia diante do fato histórico.

Contudo, na medida em que a imaginação percorre a realidade e dela se nutre, a literatura pode transcender sua natureza vicária e estabelecer pontes com o mundo do leitor, as quais lhe conferem um conhecimento objetivo. Isso significa que personagens como Ana Terra e Rodrigo Cambará revelam, através de seus anseios e ações, a realidade de uma época, mesmo que sua existência esteja limitada às páginas da obra. Enquanto possibilidades, essas personagens revelam-se como figuras históricas na medida em que encarnam virtudes e vícios, temores e ambições de seres humanos que viveram no passado e, assim, inserindo-se no campo do simbólico, possibilitam ao leitor uma aproximação mais factível do pretérito.

Com efeito, a literatura pode atuar como fonte privilegiada para o estudo da história, pois ela desdobra aspectos particulares dos fatos, configurando-os em eventos, cenários e personagens, que possibilitam ao leitor uma compreensão do passado por meio de uma leitura reveladora. A análise d'*O Continente I*, primeiro tomo de *O tempo e o vento*, obra de Erico Verissimo, atesta a eficácia do romance histórico em narrar o desenvolvimento inicial do território gaúcho, representado por personagens que externalizam sentimentos de resignação, transitoriedade e perenidade diante de um estado bélico incessante.

Para comprovar a articulação entre história e literatura, parte-se da valorização do papel da literatura, segue-se para a exposição do cenário inicial com que Verissimo inaugura a obra para, num terceiro momento, analisar a trama e a forma como o Continente de São Pedro é povoado à luz da descrição das personagens. Espera-se mostrar que a representação de um fato histórico por meio da literatura contribui para sensibilizar o leitor porque, espelhando-se nas personagens e emitindo juízos de valor, ele encontra respostas para

inquietações e indagações do presente pela ponderação atualizada do passado.

2 POR QUE LITERATURA?

Apesar da justificativa apresentada, pontua-se, ainda, a versatilidade da ficção histórica em explorar o passado sob um prisma peculiar, voltado aos ínfimos detalhes do particular, de modo a proporcionar uma compreensão do universal. Uma obra de cunho ficcional serve-se da realidade para investigá-la nos pormenores, nas vias do dito e do não-dito, conforme povoa o enredo com figuras que expressam as características de seu tempo. Enquanto a prática historiográfica se detém na prosa descritiva e objetiva, a literária é capaz de desdobrá-la e (re)apresentar seu conteúdo de uma maneira viva o suficiente para produzir no leitor um olhar solidário e empático, que não é possível no discurso de natureza enciclopédica. Quando, por exemplo, Fábio Kühn (2011, p. 43) descreve os efeitos do Tratado de Madri no dia a dia missioneiro, em 1750, pontuando que “os índios missioneiros não aceitaram esse tratado, resistindo à desocupação da região” e envolveram-se em uma “batalha truculenta (melhor seria dizer massacre) [pois] foram mortos cerca de 1.500 índios”, a descrição cumpre seu papel informativo. Contudo, o resultado da guerra não tem o mesmo efeito sobre o leitor se comparado ao texto de Verissimo, visto que, neste, a comunidade das Missões é amparada por figuras carismáticas, como a de Pedro Missioneiro e Pe. Alonzo, responsáveis por criar um elo com o leitor. São essas figuras fictícias que materializam os sentimentos de seu tempo e, assim, extravasam, em seus diálogos, pensamentos e indagações do público leitor.

Isso não significa, porém, que o benefício das narrativas literárias invalide a prosa historiográfica. O romance histórico atua como uma válvula que desencadeia a experiência estética do plano ficcional,

transformando a leitura em uma atividade formadora para a vida. Como explica Mügge, citando Rosenfeld, isso é possível porque a obra artística apresenta “momentos supremos” sob uma perspectiva privilegiada, diferente da vida real:

Na ficção, as questões são apresentadas de maneira mais nítida e seletiva, possibilitando ao leitor uma percepção mais plena e profunda do fenômeno. Ao leitor, dadas as características do texto, principalmente em função das zonas indeterminadas, é possibilitada a chance não só de contemplar, mas também de viver as situações que o texto literário lhe propõe (Rosenfeld, 2011, p. 45 apud Mügge, 2022, p. 6).

Nesse sentido, as narrativas literárias – e mesmo as fílmicas – democratizam o aprendizado de história porque têm um alcance maior do que o discurso acadêmico, na medida em que sintonizam o indivíduo com uma época pelas vias do estético. Para Aristóteles, essa relação mútua é bem recebida pelo ser humano em razão de sua tendência natural ao aprendizado e à contemplação das representações:

Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer: uma prova disso é o prazer das sensações, pois, fora até a sua utilidade, elas nos agradam por si mesmas e, mais que todas as outras, as visuais. Com efeito, não só para agir, mas até quando não nos propomos operar coisa alguma, preferimos, por assim dizer, a vista aos demais (Aristóteles, 2002, p. 4-5).

E complementa, na *Poética*, sobre o prazer estético na produção e apreciação de obras artísticas:

Nós contemplamos com prazer as imagens mais exatas daquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, (as representações de) animais ferozes e (de) cadáveres. Causa é que o aprender não só muito apraz aos filósofos, mas também, igualmente,

aos demais homens, se bem que menos participem dele. Efetivamente, tal é o motivo por que se deleitam perante as imagens: olhando-as, aprendem e discorrem sobre o que seja cada uma delas, (e dirão) por exemplo, “este é tal (Aristóteles *apud* Costa, 2006, p. 14).

Segundo o Estagirita, a adesão ao universo ficcional é um impulso natural do homem, que vê na representação artística uma forma de aperfeiçoar-se enquanto sujeito, porque nelas encontra conhecimento para a vida. O poeta, então, é aquele que representa possibilidades na ordem do verossímil e do necessário, capazes de conferir ao fato particular a dimensão do universal. Ou seja, enquanto a história relata acontecimentos particulares, a literatura extrapola limites temporais e espaciais e deles extrai a essência do humano, capaz de produzir a identificação com diferentes leitores. Na obra de Verissimo em questão, são os conflitos sociais e existenciais inerentes às personagens e decorrentes de desavenças políticas que se estendem para além de seu contexto, voltando-se para aquele do leitor, como se a leitura fosse um reflexo dele mesmo. É dessa forma que a leitura d’*O Continente I* instala, no leitor, a sensação de que, embora as circunstâncias sejam outras, ele vive situações dilemáticas de outrora, como se a transitoriedade do tempo fosse a metáfora para um efeito cíclico que, de quando em quando, acomete o ser humano como a presença do vento.

3 A GUERRA COMO LEI

Desde o início de seu povoamento, o território brasileiro é marcado pela violência imposta pelos estrangeiros, que ignoram os princípios da solidariedade humana e impõem sua lei de maneira categórica. Nesse sentido, o retorno ao passado leva à constatação de um estado bélico onipresente que, instaurado por vias

oficiais, acomete a vida da população, instalando a desarmonia em relação ao bucolismo da paisagem local.

A saga *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, registra a formação do estado do Rio Grande do Sul por meio de episódios conduzidos paulatinamente pelo avanço das gerações da família Terra Cambará. São as personagens, que vivenciam os dramas do desenvolvimento do território gaúcho, que possibilitam uma compreensão das consequências do período bélico para além do heroísmo que repercute no imaginário social. Verissimo conduz a narrativa sob múltiplos pontos de vista, em uma alternância necessária, não apenas em função do estético, mas também para expor o posicionamento crítico em face da violência. *O Continente I*, que compõe o primeiro volume da trilogia, representa a guerra em variadas roupagens, sobretudo, na natureza egoísta das personagens, a fim de mostrar que o individualismo, quando extremo, destrói famílias e transmite às gerações futuras um sentimento de desconfiança e incerteza.

O cenário inicial do romance remonta a meados de 1745, quando os missionários jesuítas já haviam se instalado em território gaúcho e fundado, com a ajuda dos indígenas locais, os Sete Povos das Missões, assentamentos destinados à catequização dos nativos. Em poucas palavras, a vinda dos missionários para os confins da América do Sul era uma resposta à ideologia reformista, que ganhava espaço no território europeu. A criação da Companhia de Jesus empreendia, assim, o movimento de Contrarreforma, com o intuito de inculcar a doutrina cristã e disciplinar as consciências, seja nos habitantes de países europeus, seja na população ameríndia do território brasileiro. Em síntese, buscava manter e expandir a preponderância da doutrina católica e os fundamentos culturais a ela associados.

A catolicização dos índios era guiada pelo *Ratio Studiorum*, documento

publicado em 1599, que compilava os aspectos do funcionamento dos estabelecimentos jesuítas, os vários estudos e aprendizados de suas estadas nas universidades francesas e que ditava métodos e regras a serem seguidos por alunos e professores que partiam em missões jesuíticas (Stephanou; Bastos, 2014).

No Continente de São Pedro, como era chamado inicialmente o estado gaúcho, essa metodologia foi adaptada na medida em que os primeiros jesuítas se dedicaram à observação do modo de vida indígena, aprendendo sua língua e pensando no melhor meio para propagar a fé cristã. Dentre as estratégias para a aproximação, além da língua nativa, utilizaram-se da produção de peças de teatro e canções nos moldes da cultura ameríndia, a fim de estreitar as relações:

A música havia sido e ainda era para os missionários um dos meios mais efetivos de catequização. Tocando seus instrumentos e cantando, eles se haviam aproximado pela primeira vez dos guaranis, desarmando-os espiritual e fisicamente e conquistando-lhes a confiança e a simpatia. No princípio a música fora a linguagem por meio da qual padres e índios se entendiam (Verissimo, 2013, p. 48).

A amizade entre o jovem Pedro Missioneiro e Pe. Alonzo, personagens de Verissimo, é um reflexo do diálogo cultural que criava raízes na região, alavancado, sobretudo, pela autonomia que os nativos conquistavam nas reduções. Como explica Kühn (2011), o índio missioneiro era, para os espanhóis, a quem as Missões prestavam contas, mão de obra versátil e hábil, de modo que sua presença era visível na construção civil e naval e, aos poucos, no interior das igrejas, uma vez que esboçava o domínio da carpintaria em imagens talhadas em madeira rústica, com traços característicos de sua cultura. Em determinada passagem, quando Alonzo observa o trabalho dos

catequizados, salta-lhe à vista a forma como davam aos santos “os seus próprios característicos fisionômicos: olhos oblíquos, zigomas salientes, lábios grossos”, a ponto de esculpirem “um Menino Deus índio com um cocar de penas na cabeça” (Verissimo, 2013, p. 56).

Dessa forma, a região gaúcha de “alegres colinas, adornadas de uma esplêndida vegetação, e das quais correm alguns arroios ou mananciais de águas cristalinas” (Barbosa, 1995, p. 17), era, aos poucos, preenchida por igrejas de telhados vermelhos, sem torres, nos moldes da arquitetura feudalista, adornadas por santos esculpido em madeira crua. Próximos à casa cristã, viam-se modestas casas, alinhadas pelas ruas que dividiam as reduções e conferiam uma organização geométrica à comunidade. Praças e cemitérios somavam-se ao cenário como ambientes de catequização, lazer e afloramento moral.

Entretanto, os jesuítas não eram autônomos em relação ao seu país de origem. Nas palavras de Kühn (2011, p. 40),

nunca existiu um “estado jesuíta” ou coisa parecida, pois os padres da Companhia de Jesus estavam subordinados ao governo espanhol, embora tivessem uma certa autonomia de ação. Devemos pensar nos jesuítas como colaboradores dos interesses da monarquia espanhola e não como seus adversários.

Ou seja, conforme crescia a ambição da Espanha, a causa religiosa inicial dos jesuítas foi transformada em pretexto de dominação das terras gaúchas, disputadas também pelos portugueses, e da mão de obra local, empregada ora nas reduções, ora a serviço das escaramuças envolvendo argentinos e uruguaios.

Por conseguinte, foi a submissão a um governo maior que colocou fim às missões. Ameaçados pela execução do Tratado de Madri, assinado pela Espanha e Portugal com o intuito de permutar o local das Missões com o da Colônia do

Sacramento, os índios missioneiros abandonaram a passividade cristã e empreenderam violenta insurreição.

Cabe aqui mencionar Sepé Tiarajú, liderança indígena no evento que ficou conhecido como Guerra Guaranítica, em 1756, cujos feitos foram tema para a formação do folclore regionalista em razão de sua causa nobre e heroica:

Os feitos de Sepé e seus guerrilheiros corriam pelos Sete Povos, e testemunhas oculares das batalhas contavam que no meio da refrega tinham visto o lunar a fulgir na testa do corregedor, que passava incólume por entre as balas, brandindo no ar a espada flamejante (Verissimo, 2013, p. 70).

Em suma, os conflitos concluíram a empreitada missioneira com um desfecho irreparável: milhares de indígenas perderam suas vidas, e as missões foram destruídas. Dessa maneira, o vento levou consigo aquilo que a terra não pôde reclamar, como o desejo de sobrevivência daqueles que debandaram com algum resquício de vida.

4 UM CERTO PEDRO MISSIONEIRO

“Índio é bicho traiçoeiro” (Verissimo, 2013, p. 94). É assim que Maneco Terra, severo e sério, que falava pouco e trabalhava muito, reflete sobre o moribundo que fora encontrado em sua propriedade. Uma vez recuperado de seus ferimentos, o desconhecido se apresenta como Pedro Missioneiro, atuante nos Sete Povos e guerreiro de sua causa contra os castelhanos. Era um sujeito incomum, como a família viria a perceber, de “pele trigueira, os cabelos pretos e lisos, olhos escuros e meio oblíquos, nariz fino e reto, e boca rasgada” (Verissimo, 2013, p. 55). Cultivava semelhanças com os nativos, mas esboçava traços fisionômicos resultantes do cruzamento do conquistador com o conquistado. A mãe do missioneiro fora encontrada pelos padres já em estágio de parto,

vindo a falecer assim que dera à luz a um menino.

O jovem Pedro, então, é educado pelos jesuítas, em especial, por Alonzo, o cura que “amava mais a alma das pessoas que as próprias pessoas físicas”, tendo “um prazer todo particular em procurar penetrar nos mistérios da mente dos índios, ler-lhes os pensamentos, seguir-lhes o raciocínio, antecipar-lhes as reações” (Verissimo, 2013, p. 41). Por essa razão, o órfão chama sua atenção desde cedo, não só por sua curiosidade e talento natural, mas, sobretudo, pelo misterioso dom da predição, pelo qual vaticinaria a morte de Sepé, e pelo diálogo espiritual que estabeleceu com Nossa Senhora, a Rosa Mística, que acolhera como mãe adotiva.

Pedro, em decorrência das experiências vividas junto aos jesuítas, pode mostrar-se aos Terra versado em línguas, em música, na carpintaria, além de ser dotado da força braçal necessária para o trabalho no campo. Ele se submete ao trabalho servil para compensar sua estada, mas é a habilidade em domar cavalos que leva o velho Maneco a permitir sua permanência na propriedade.

A dificuldade na conquista da confiança do velho decorre do ceticismo deste em relação à vida: “Não acreditava em milagres e achava errado dizer que mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga. Deus ajuda quem com o sol se levanta e com o sol se deita, cuidando de suas obrigações” (Verissimo, 2013, p. 100). O conhecimento das letras não lhe fazia falta, pois a honestidade do campo importava mais que os alardes da cidade, de modo que o trabalho árduo e incansável se tornara uma máxima de vida, a

ponto de, aos poucos, confundir a si e os seus com a terra, como se ela fosse “se entranhando não só na pele como também na alma deles” (Verissimo, 2013, p. 89)⁴.

Maneco estabelece uma relação de reciprocidade com a natureza, pacífica e sadia, que é rompida pela imposição das regras oficiais. A lei, pensa ele, não é garantia de justiça e decência, pois, conforme as terras do Continente eram divididas, “[...] em vez de muitos homens ganharem sesmarias pequenas, poucos homens ganhavam campos demais, tanta terra que a vista nem alcançava” (Verissimo, 2013, p. 103). Tampouco a lei garantia o bem comum, uma vez que, mesmo soldados de alta patente, como o major Pinto Bandeira, bradavam discursos calorosos sobre a defesa da pátria, porém intencionavam apenas a defesa de suas estâncias⁵.

Em consequência da presença marcante do pai, os Terra são descritos pelo narrador heterodiegético como uma família submissa, melancólica, que sustenta no olhar a esperança de uma bonança vindoura. Henriqueta, a mãe, sem voz própria, abandonara São Paulo, contrariando sua vontade, em favor do sonho do marido; os filhos, Antônio e Horácio haviam herdado os traços do pai, mas ansiavam pelos prazeres da cidade; Ana, por sua vez, absorvera a personalidade da família e da região: taciturna como a mãe e como aquelas terras ermas, era um marasmo de mulher, que se permitia, apesar do que dizia o pai, sonhar com o mundo lá fora.

É Pedro Missioneiro quem vai afugentar a melancolia dos dias de Ana: a música, entonada na flauta, é um alento

⁴ Nesse sentido, pode-se dizer que os Terra representam o bom selvagem de Rousseau, sobretudo na figura de Maneco, pois, para este, a natureza era abundante e acolhedora e fornecia os recursos na medida certa para a sobrevivência do homem.

⁵ Em certa passagem, após uma breve visita do major na propriedade dos Terra, Antônio elogia o soldado ao pai, descrevendo-o como um defensor da pátria contra as forças castelhanas, ao que Maneco responde: “Patriota? Ele está mas é defendendo as estâncias que tem. O que quer é retomar suas terras que os castelhanos invadiram. Pátria é a casa da gente” (Verissimo, 2013, p. 105).

para sua alma; as lendas contadas⁶ são um divertimento para as noites tediosas; e a presença do índio é uma resposta a seus desejos.

5 ANA TERRA: MAIS FORTE QUE A ESPADA

As personagens de Verissimo padecem diante de conflitos morais, veem seus desejos reprimidos ou enfrentam as consequências por colocá-los em prática. São figuras que espelham a vivência humana, porque suas ações acompanham o curso natural dos fatos, misto de razão e emoção, tornando-se filhas de um tempo que não se distingue muito pela virtude nem pelo vício. Em consequência disso, o enredo se complexifica à medida que as personagens são expostas a situações conflitantes, reveladas por pensamentos íntimos e por diálogos provocativos, de modo que, se, por um lado, evoluem com o tempo, por outro, estão limitadas a uma sina que cerceia sua liberdade e as acomete com a regularidade do vento.

Ana Terra é a figura dilemática que protagoniza a segunda parte do romance. Aos 25 anos, “moça de olhos e cabelos pretos, rosto muito claro, lábios cheios e vermelhos” (Verissimo, 2013, p. 86), pouco sabia do mundo, não conhecia outra coisa senão aqueles campos despovoados, cuja monotonia somava-se a uma vaga esperança de libertar-se das rédeas da família, sobretudo, as do pai. Como a mãe, sonhava em voltar a Sorocaba, terra de origem, longe do perigo, mas, como ela, resignava-se diante das imposições do pai e do desejo dele de permanecer naquele exílio.

Maneco depositava uma fé religiosa no trabalho árduo sobre a terra e

esforçava-se para torná-la frutífera. Acreditava que a honra da família estava na subserviência à terra, como se as atividades sob sol ardente e inverno fustigante fossem responsáveis pela formação do caráter de um homem, apontando-lhe princípios morais desconhecidos na sordidez da cidade grande, afinal, “a abelha atarefada não tem tempo para a tristeza”⁷ (Blake, 1994, p. 14).

Ana quase não se via como mulher: seu único espelho, a água da sanga refletia uma figura difusa, inconstante, “tomada por uma resignação que chegava quase a ser indiferença” (Verissimo, 2013, p. 132), dentro da qual crescia uma espécie de vazio frente à fortuna que nunca lhe sorria:

Ficara louca de pesar no dia em que deixara Sorocaba para vir morar no Continente. Vezes sem conta tinha chorado de tristeza e de saudade naqueles cafundós. Vivia com o medo no coração, sem nenhuma esperança de dias melhores, sem a menor alegria, trabalhando como uma negra, e passando frio e desconforto (Verissimo, 2013, p. 132).

Sob os ditames do pai, Ana era feito Gaia, filha da terra, melancólica como a aridez do solo, mas esperançosa com a possibilidade de vê-lo florir. Com exceção das palavras da mãe, que pouco surtiam efeito, sua figura era elogiada por cavaleiros errantes que transitavam pela região, como o major Pinto Bandeira, o qual saúda o pai, a contragosto deste, pelos dotes da filha. Dessa forma, a vida de Ana era guiada pela simbologia do vento, inconstante, mas cíclico, com breves momentos de esperança e de desejo de desafiá-la a roda daquele destino que lhe parecia inexorável.

A chegada de Pedro Missioneiro no rancho dos Terra causa uma sensação

⁶ Diferentes lendas são contadas ao longo da narrativa pelas personagens, de modo a compor, aos poucos, o folclore da região gaúcha. A exemplo disso, é Pedro quem, com poucas palavras, conta a Ana Terra sobre a lenda da Teiniaguá, uma mulher que fora transformada em lagartixa com cabeça de rubi, residente em uma furna que estaria abarrotada de tesouros (Verissimo, 2013, p. 106).

⁷ Tradução livre do original “[...] The busy bee has no time for sorrow” (Blake, 1994, p. 14).

nunca antes sentida por Ana. De início, enquanto o desconhecido provava sua lealdade à família, ela o observava à distância, ponderando sobre a forma como “lhe despertava sentimentos tão mesquinhos” (Verissimo, 2013, p. 96). Havia algo naquele “índio” que a acordava da monotonia do cotidiano. O encantamento, que iniciara com a troca de olhares, dominava seus pensamentos, dia e noite, tal qual uma música que percorre a mente. Queria entender os sentimentos que sentia, pois desejava que o “índio” fosse embora, para longe de sua visão, porém relutava em admitir que o queria por perto.

O encontro de Ana com Pedro revela-se apaixonado e trágico. Após aquela tarde de verão, em que a moça dá vazão aos sentimentos e cede à sensualidade do missioneiro, a consequente e previsível gravidez marca o início de um novo ciclo que traz, em seu âmago, traços nostálgicos do precedente. Quando Maneco descobre a gravidez, ao ouvir os lamentos da filha à mãe, sentencia a morte de Pedro, que deve ser enterrado em local desconhecido, e a de Ana, como filha.

Em consequência disso, aquele índio que nunca soubera sua origem passa a ser ignorado pelo mundo, sobrevivendo apenas na memória de Ana e no nome do filho. A mãe, porém, nega ao menino o conhecimento de sua origem, ressentida pela tragédia e pela vergonha, de modo que o destino do pai recai sobre o pequeno Pedro Terra. Entretanto, embora o tempo passe, a vida não avança e, assim, Ana é uma mulher em constante pesar, que encara cada novo dia como uma repetição do anterior, com lampejos de felicidade, sufocados, na maioria das vezes, pela sensação de que sua existência acabara. Pedrinho é seu único consolo, sua razão de viver, refletindo uma imagem viva do pai e, como mais tarde o leitor constata, com o gênio calado e teimoso do avô.

O longo período de luto instaurado na casa dos Terra é parcialmente superado na medida em que Maneco visualiza os resultados de seu esforço na plantação de trigo, agora com a ajuda do filho e de dois escravizados. Neste ponto da narrativa, porém, Henriqueta já não está presente, pois falecera, e, de tempos em tempos após sua partida, Ana relata que a ouve fiando na velha roca, como se “nem mesmo na morte a infeliz se livrara de sua sina de trabalhar, trabalhar, trabalhar...” (Verissimo, 2013, p. 123).

O destino dos Terra é desafiado mais uma vez quando o rancho é invadido e destruído por bandoleiros castelhanos que procuravam por prata. O confronto ceifa a vida do pai, de um irmão e dos escravos, mas deixa viva uma Ana forjada pela aspereza da vida e disposta a viver o tempo perdido em favor do filho. No segundo luto, Ana enterra a postura passiva e as ilusões que dela decorriam e põe-se em marcha com o filho – que estava escondido durante o confronto – rumo a uma nova vida, desafiando o destino, afinal, “[...] uma pessoa pode lutar contra a sorte que tem. Pode e deve. E agora ela tinha enterrado o pai e o irmão e ali estava, sem casa, sem amigos, sem ilusões, sem nada, mas teimando em viver” (Verissimo, 2013, p. 133).

De sua antiga casa, a protagonista leva, além das economias da família e da velha roca de fiar, o olhar contemplativo da mãe e o gênio de mula do pai, que se manifestam até o último de seus dias no povoado de Santa Fé, sobretudo quando sofre pelo retorno do filho que partira para a guerra.

6 UM CERTO CAPITÃO RODRIGO

A ideia de um destino inexorável é reforçada quando, no terceiro arco do romance, entra em cena a personagem Rodrigo Cambará, um desconhecido que chega ao povoado de Santa Fé em busca

de uma vida pacata. Vivera ele até então sob o caminho da espada, e agora ambicionava o da vida no campo: queria uma mulher, para desejar-lhe boa noite, e filhos, para versar sobre o mundo e por meio dos quais viveria em lembrança.

A chegada de Rodrigo ao povoado é emblemática: montava um alazão, “vindo ninguém sabia de onde, com o chapéu de barbicacho puxado para a nuca, a bela cabeça de macho altivamente erguida, e aquele seu olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas” (Verissimo, 2013, p. 170). Vestia bombacha e dólmã militar azul, botas chilenas de prata, com a espada pendendo dos arreios e um violão a tiracolo. Sustentava um olhar confiante, um sorriso desafiador que lhe conferia uma aparência jovial, ainda que andasse na casa dos trinta. Seu primeiro contato com Juvenal Terra, se dá na venda do Nicolau, e revela uma figura sagaz, com respostas rápidas e firmes, confiante em suas intenções. Ao interlocutor, porém, que cultivava a desconfiança do pai, Pedro Terra, “aquele olhar não era lá muito agradável: havia naqueles olhos muito atrevimento, muita prosápia e assim um ar de superioridade” (Verissimo, 2013, p. 173).

A desconfiança em relação a Rodrigo se deve à sua natureza belicosa, que destoava da calma local: lutara na Banda Oriental e derramara sangue em tantas guerras que a memória era incapaz de alcançá-las. Trazia, por isso, a guerra em seu sangue, de modo que tempos de paz lhe pareciam apenas hiatos entre um conflito e outro. Ou melhor, teriam de ser, “porque guerra é divertimento de homem. Sem uma guerrinha de vez em quando ficava tudo muito enjoado” (Verissimo, 2013, p. 252).

Por conseguinte, a vida bélica inculcava em Rodrigo a crença niilista de que a religião pouco tinha a oferecer àquele mundo, afinal, se a morte não o assustava, o céu e o inferno não passavam de

falácia ou fantasia. Em diálogos com Pe. Lara, o vigário de Santa Fé, Rodrigo contestava princípios religiosos com sua experiência de vida, alegando que “aquelas pessoas que todo mundo diz que vão pro céu por serem direitas e sem pecado são a gente mais aborrecida que tenho encontrado em toda a minha vida”, ao passo que teria “conhecido muito patife simpático, muito pecador bom companheiro. Se eles vão para o inferno é para lá mesmo que eu quero ir”. Repetia, ainda, que “Cambará macho não morre na cama” (Verissimo, 2013, p. 200), um ditado que sintetiza sua sede pelo confronto e justifica sua afronta à religião.

Apesar disso, o carisma do capitão contagiava o padre, a ponto de este, contra toda a lógica, preferir Rodrigo Cambará, mesmo sem Deus ou lei, por “questão de simpatia que nada tinha a ver com suas conveniências ou convicções religiosas” (Verissimo, 2013, p. 216). A ponderação do padre, no entanto, é reflexo também de sua consciência de que todo homem é filho de seu tempo, e que, portanto, age de acordo com o contexto em que foi criado. Logo, “que se podia esperar dum menino criado no meio de soldados nos acampamentos ou de peões e índios vadios nos galpões, nos bochinchos, nas canchas de carreira e de jogo de osso?” (Verissimo, 2013, p. 240). Rodrigo fora educado na escola da guerra, mas, apesar disso, acreditava o vigário, podia cultivar bons sentimentos.

Conforme a narrativa avança, o capitão Cambará revela-se um Pedro Missioneiro com outra roupagem, que rompe com a paz dos Terra. Como o “índio”, desconhece os pais, é um homem errante, sobrevivendo entre peleias, mas bem recebido por onde passa, devido a seu carisma. “O diabo do homem tinha feitiço” (Verissimo, 2013, p. 212), dizia o Pe. Lara ao se referir à figura do cavaleiro que aos poucos fizera de Santa Fé sua casa. Ainda, como Pedro, era um sujeito

destemido, não fraquejava diante da ameaça da morte, mas saudava-a com boas-vindas, ciente de seus atos. Dessa maneira, mais uma vez, o leitor tem a percepção de que a história avança, mas que o tempo não passa.

Se antes Ana se apaixonara por um desconhecido, agora, Bibiana Terra desafia o pai ao corresponder à paixão do capitão Rodrigo. Desde que vira aquela moça de “rosto redondo, olhos oblíquos e uma boca carnuda” em um dia de finados, Rodrigo apaixonou-se por ela e deseja casar e ter filhos, muito embora o casamento lhe pareça “um desastre, uma prisão, uma espécie de morte” (Verissimo, 2013, p. 197). Com Bibiana, porém, o matrimônio “não lhe era de todo desagradável nem impossível” (Verissimo, 2013, p. 197), mas uma possibilidade de saciar sua paixão e dela colher bons frutos.

Para tanto, o capitão pede permissão ao coronel Ricardo para ficar na região, mas, mais tarde, saca a espada contra o filho dele, Bento Amaral, ao disputar a mão de Bibiana. Devido a um tiro traiçoeiro de seu oponente, Rodrigo fica face a face com a morte, mas se recupera, fazendo jus a um de seus ditados, segundo o qual Cambará não morre na cama.

Mais tarde, já tendo desposado Bibiana e estabelecido com o irmão dela, Juvenal, uma parceria comercial, Rodrigo se vê diante do marasmo da vida pacata do campo. Permutara a agitação da guerra por aquela vida, tomara um tiro por ela, mas a realidade agora lhe parecia desprovida do brilho que a andança era capaz de produzir. “Santa Fé era triste”, refletia o capitão, “havia ali poucas diversões” (Verissimo, 2013, p. 257), quando muito, uma festa de casamento, mas que não preenchiam o vazio que sentia. O desgosto de sua vida se refletia também na aparência: estava agora “mais gordo, menos enérgico, um pouco molenga. Fazia tempo que não brigava, que não se movimentava. Aquela vida de balcão, que lhe enferrujava

os membros, era de matar um cristão de aborrecimento” (Verissimo, 2013, p. 257).

Em certa passagem, Pe. Lara sintetiza as inquietações do amigo ao apontar seu desejo pela vida de andarilho, de “andar correndo mundo, sem pouso certo, sem obrigação marcada, agarrando aqui e ali uma mulher como quem apanha fruta em árvore de beira de estrada” (Verissimo, 2013, p. 252). O casamento com Bibiana fora, por um lado, pretexto para saciar as paixões, por outro, vaga ilusão de que poderia com ela desfrutar da vida longe das andanças. Sob esse aspecto, o narrador atua como porta-voz da moralidade na medida em que desvela a natureza de Rodrigo, que se entrega ao vício do jogo, da bebida e da luxúria. A figura heroica inicial revela-se um fanfarrão, um animal no corpo de um homem, porque incapaz de domar as paixões e dobrá-las em favor da razão.

Com efeito, a fidelidade de Rodrigo Cambará sempre estivera voltada para a espada, mas não para a esposa. Somente o estopim da Revolução Farroupilha, em 1835, coloca fim à inércia que acometia o guerreiro: respondendo ao chamado dos companheiros farrapos, o capitão parte para o conflito, deixando para trás a esposa, os filhos e uma Santa Fé que viria a ser tomada pelos Amaraís, fiéis ao governo imperial do Brasil. Mais tarde, retorna ao povoado e morre no conflito contra os invasores, não sem antes ter se encontrado com Bibiana.

Assim, naquele mundo de desavenças, Bibiana Terra, como a avó, faz do luto uma constante em sua vida, de modo que, anos mais tarde, quando a casa é sitiada por inimigos da família, a guerra já não é novidade, pois “houve um tempo em que ela nem mais tirava o luto do corpo. Era morte de parente em cima de morte de parente, guerra sobre guerra, revolução sobre revolução” (Verissimo, 2013, p. 33).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação entre história e tem erigido um campo profícuo para uma compreensão mais ampla do passado. Ultrapassada a concepção que se desenvolveu na esteira do racionalismo e que teve por base a distinção elaborada por Aristóteles (1992, p. 53), de que ao historiador cabia registrar “as coisas que sucederam” e, ao poeta, “as que poderiam suceder”, o critério da “verdade” foi colocado em xeque. Com efeito, para compor narrativas historiográficas, o historiador, não raras vezes, recorre ao imaginário para preencher lacunas que a análise de documentos de fatos reais não é capaz de suprir. Por outro lado, o ficcionista recorre, particularmente em romances históricos, a dados factuais do pretérito para sustentar a trama. Sob essa perspectiva, ainda que se considere a natureza de cada fenômeno, não há como negar que se aproximam, pois, ao estruturar uma representação do passado, ambos se apoiam no poder da imaginação, ainda que a história procure comprovar seu ponto de vista por meio de rastros do passado, enquanto a literatura transfere a esses as cores das emoções, suscitadas pela experiência da vida.

Nesse sentido, o registro literário é uma fonte privilegiada para a compreensão do passado, sobretudo ao apresentar personagens e situações que traduzem características de um determinado tempo. Assim, a atenção volta-se não à existência de figuras narradas, mas à forma como elas encarnam e sintetizam os anseios dos indivíduos de uma época.

Sob esse aspecto, o romance de Verissimo reconstrói a história do território gaúcho, ao estabelecer a linha de tempo da família Terra Cambará, constituindo um panorama geral do passado que ilumina o presente e projeta o futuro, visto que a temporalidade está interligada a uma tríade simbólica. O tempo e o vento, que dá título à obra, são elementos

representativos da transitoriedade e da contínua repetição de aspectos da vida humana, de que a vivência fictícia das personagens é reflexo. Assim, a personagem Bibiana está para a avó, Ana Terra, assim como Rodrigo Cambará está para Pedro Missioneiro. No primeiro caso, tanto a avó quanto a neta apaixonam-se por um forasteiro, contrariando os princípios paternos; ambas vivem o luto da perda dos companheiros e encontram nos filhos e netos razão para viver. Rodrigo e Pedro, por sua vez, representam o guerreiro que desafia a morte consciente das consequências de suas ações. São filhos de um tempo beligerante, sem meias medidas, em que a espada está presente em pensamentos e ações.

O Continente I explora as variadas facetas decorrentes da natureza bélica do povo gaúcho, que impede quaisquer possibilidades de uma conduta pacífica, mesmo para aqueles afastados do *front* de batalha. É isso o que faz Maneco Terra ser resistente ao desconhecido, desconfiado, afinal, em tempos de guerra, qualquer ovelha pode revelar-se como raposa. É sob esse aspecto que a obra ganha destaque, quando percorre, sob o viés ficcional, tempos de revolução considerados ainda hoje, para alguns, como heroicos, mas que escondem o horror da violência e a angústia em ver amigos em conflito, famílias em desacordo e a aflição da espera de um cessar-fogo que nunca chega.

A obra de Verissimo oferece, portanto, um olhar atualizado sobre aspectos do passado que escapam à memória coletiva, percorrendo vias inexploradas pelo discurso historiográfico. Esse procedimento permite concluir que a literatura corporifica dados factuais indicados pela história, que são indispensáveis à composição da verossimilhança da narrativa.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

BLAKE, William. **The marriage of heaven and hell**. New York: Dover Publications, 1994.

COSTA, Lígia Militz. **A poética de Aristóteles: Mímese e verossimilhança**. São Paulo: Ática, 2006.

FRENCH, Steve. **Ciência: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

MÜGGE, Ernani. **A personagem de ficção**. Novo Hamburgo: Feevale Digital, 2022.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Pensamento, 1972.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social** [1762]; Ensaio sobre a origem das línguas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memórias da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p 34- 50.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento, parte I: O Continente 1; O Continente 2**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Recebido em: 30/05/2024

Aceito em: 05/07/2024